





APROVADA PELO PLENÁRIO EM 02/06/2025

Reunião Ordinária do dia 28 de maio de 2025 Presidente: vereador David Valente Reis Secretário-Geral: vereador Samuel da Costa Monteiro

No dia vinte e oito de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e quinze minutos, realizou-se a sessão ordinária da Câmara Municipal de Manaus, no plenário Adriano Jorge, em sua sede própria, na rua Padre Agostinho Caballero Martin, n. 850. São Raimundo, nesta Capital, Estado do Amazonas, presidida pelo vereador David Valente Reis, do Avante; e, eventualmente, pelo vereador Aldenor Ernesto de Lima Filho, do União Brasil; secretariada pelo vereador Samuel da Costa Monteiro, do Partido Social Democrata (PSD). PRESENTES, ainda, os vereadores Diego Roberto Afonso, Éverton Assis dos Santos, Marco Antônio Andrade Castilhos Filho, Maria Jacqueline Coelho Pinheiro e Simon de Souza Guimarães Bessa, do União Brasil; Alexandre da Silva Salazar. Raiff Matos Silva Vasconcelos e Ubiraiara Rosses do Nascimento Júnior, do Partido Liberal (PL); Allan Campelo da Silva e Yomara Jesuína Lins Rodrigues, do Podemos; Eduardo Assunção Alfaia, Gilmar de Oliveira Nascimento, Joelson Sales Silva, Manoel Eduardo dos Santos Assis e Rodinei Moura Ramos, do Avante; Dione Carvalho dos Santos, João Paulo Melo da Fonseca e Rosinaldo Ferreira da Silva, do Agir; Eurico de Angelo Tavares e Jander de Melo Lobato, do Partido Social Democrata (PSD); Ivo Santos da Silva Neto e Paulo Tyrone Perasa de Souza Junior, do Partido da Mulher Brasileira (PMB); Jaildo de Oliveira Silva, do Partido Verde (PV); João Carlos dos Santos Mello e Roberto Sabino Rodrigues, do Republicanos; João Kennedy de Lima Margues e Luís Augusto Mitoso Júnior, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB); José Ricardo Wendling, do Partido dos Trabalhadores (PT); Marcelo Augusto da Eira Corrêa, do Partido Socialista Brasileiro (PSB); Rodrigo de Sá Barbosa e Rodrigo Guedes Oliveira de Araújo, do Progressistas (PP); Sérgio Denilson de Souza Cruz e Thaysa Lippy Silva de Souza, do Partido da Renovação Democrática (PRD). JUSTIFICADA a ausência dos vereadores Francisco Carpegiane Veras de Andrade, do PL; Elan Martins de Alencar. do DC: Carlos Alberto Brito D'Ávila, do Avante: Robson da Silva Teixeira, do MDB: e Rosivaldo Oliveira Cordovil, do PSDB, de acordo com os Memorandos n. 043/2025 -GVCC; n. 023/2025 - GVEA; n. 060/2025 - GVPA; n. 024/2025 - GVRT; e n. 027/2025 - GVRC, respectivamente. Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, o Presidente declarou aberta a reunião e, na sequência, o secretário, vereador Prof. Samuel, leu a Ata da sessão ordinária do dia vinte e sete de maio do ano em curso. Em Questão de Ordem, o vereador Eduardo Alfaia solicitou a Inversão de









Pauta. Em Questão de Ordem, o vereador Rodrigo Guedes questionou o motivo da solicitação e manifestou sua posição contrária ao pedido, alegando novamente que a estratégia esvaziava o plenário após a Ordem do Dia, e apelou para que essa exceção não se tornasse regra nas sessões. Em Questão de Ordem, o vereador Allan Campelo considerou que o plenário era soberano nas decisões, pedindo que a Mesa colocasse a solicitação da inversão para votação. O **Presidente** submeteu o pedido de inversão à apreciação dos vereadores, que foi aprovado pelos presentes, com os votos contrários dos vereadores Rodrigo Guedes. Rodrigo Sá. Coronel Rosses e Sargento Salazar. Pela Ordem, pediram preferências os seguintes vereadores: Coronel Rosses, ao Requerimento n. 7.316/2025; Rodrigo Sá, destague à Indicação n. 268/2025; Rodrigo Guedes, ao Requerimento n. 6.355/2025; e Kennedy Marques Protetor, ao Requerimento n. 7.415/2025. Dando prosseguimento, o Presidente passou os trabalhos para a ORDEM DO DIA. Na PAUTA, foi lida para conhecimento dos vereadores, a Mensagem n. 34/2025, de autoria do Executivo Municipal, que deliberava pela aposição de Veto Total ao Projeto de Lei n. 094/2023, de autoria do vereador João Carlos, que "Institui a prática de Esportes Aquáticos nas áreas públicas que especifica, e dá outras providências". O supracitado Veto tomou o n. 003/2025 e seguiu à Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Foi lida para conhecimento dos vereadores, a Mensagem n. 35/2025, de autoria do Executivo Municipal, que deliberava pela aposição de Veto Total ao Projeto de Lei n. 417/2022, de autoria do vereador João Carlos, que "Institui a Campanha de Incentivo à Produção Literária nas escolas do município de Manaus". O supracitado **Veto** tomou o n. 004/2025, e seguiu à Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Foi lida para conhecimento dos vereadores, a Mensagem n. 26/2025, de autoria do Executivo Municipal, que deliberava pela aposição de Veto Total ao Projeto de Lei n. 265/2023, de autoria do vereador Rodrigo Guedes, que "Institui a Politica Municipal de Incentivo ao Cicloturismo". O supracitado Veto tomou o n. 005/2025, e seguiu à Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Foi deliberado, tomou o n. 161/2025, e seguiu à Comissão de Constituição, Justiça e Redação o Projeto de Lei, de autoria do vereador Aldenor Lima, que "Institui a Política Municipal de Descentralização das Ações de Vigilância em Zoonoses no Município de Manaus". Foram retirados de Pauta, em razão da ausência dos autores, o projeto de lei, de autoria da vereadora Thaysa Lippy, que "Altera a Lei n. 3.089, de 04 de julho de 2023, que Institui a Campanha Municipal Permanente de Combate ao Abandono Afetivo de Pessoas Idosas, e dá outras providências"; e o projeto de lei, de autoria do vereador Capitão Carpê, que "Considera de Utilidade Pública a Associação Esportiva e Social Jogando e Educando-AESJE". Foi deliberado, tomou o n. 197/2025, e seguiu à Comissão de Constituição, Justiça e Redação o Projeto de Lei, de autoria do vereador Jander **Lobato**, que "**Institui** a política estratégica de capacitação em inteligência artificial (IA)









dos professores da rede municipal de ensino, e dá outras providências". Foi deliberado, tomou o n. 281/2025, e seguiu à Comissão de Constituição, Justiça e Redação o Projeto de Lei, de autoria do Executivo Municipal, capeado pela Mensagem n. 33/2025, que "Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, e dá outras providências". Foi deliberado, tomou o n. 282/2025, e seguiu à Comissão de Constituição, Justiça e Redação o Projeto de Lei, de autoria do Executivo Municipal, capeado pela Mensagem n. 27/2025, que "Dispõe sobre o Programa de Parcerias Público-Privadas do Município de Manaus — Programa — PPP/Manaus, e dá outras providências". Foi deliberado, tomou o n. 288/2025, e seguiu à Comissão de Constituição, Justica e Redação o Projeto de Lei, de autoria da Mesa Diretora, que "Institui o sistema de cotas raciais nos concursos públicos realizados pela Câmara Municipal de Manaus para provimento de cargos efetivos, e dá outras providências". O Presidente informou que ao supracitado projeto havia apensado um pedido de urgência, conforme preconizava o artigo 64 da Loman, submetendo-o, em seguida, à apreciação dos vereadores. Após, foi aprovada pelos presentes a tramitação em regime de urgência do supracitado projeto. Foi deliberado, tomou o n. 007/2025, e seguiu à Comissão Especial de Comendas o Projeto de Decreto Legislativo, de autoria do vereador Marcelo Serafim, que "Concede a Medalha de Ouro Deodato de Miranda Leão ao Dr. Walter da Silva Jorge João, presidente do Conselho Federal de Farmácia, e dá outras providências". Foi aprovado o Parecer Favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação ao Projeto de Lei n. 041/2024, de autoria do vereador Rodrigo Guedes, que "Institui, no Calendário Oficial de eventos do Município de Manaus, o Festival Até o Tucupi, realizado pelo Coletivo Difusão e outros parceiros". O supracitado projeto seguiu à Comissão de Finanças, Economia e Orçamento. Foi aprovado o Parecer Favorável da Comissão de Saúde ao Projeto de Lei n. 117/2024, de autoria do vereador Diego Afonso, subscrito pelos vereadores Capitão Carpê, Joelson Silva, Raiff Matos e Rosivaldo Cordovil, que "Dispõe sobre a criação do Programa de Fortalecimento da Saúde Mental e do Enfrentamento a Violência Psicológica entre Mulheres (Wollying), na cidade de Manaus, e dá outras providências". O supracitado projeto seguiu à Comissão de Defesa e Proteção dos Direitos da Mulher. Foi retirado de Pauta, em razão da ausência do autor, o projeto de lei n. 041/2025, de autoria do vereador Gilmar Nascimento, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade da divulgação do número de emergência da guarda municipal - disque 153 - na forma que menciona". Foi aprovado o Parecer Favorável da Comissão de Constituição, Justica e Redação ao Projeto de Lei n. 076/2025, de autoria do vereador Ivo Neto, subscrito pelos vereadores Éverton Assis, Paulo Tyrone e Rosivaldo Cordovil que "Institui a Campanha de Conscientização das Instalações Elétricas em Eventos de Rua no âmbito do município de Manaus". O supracitado projeto seguiu à Comissão de Finanças,

> Rua Padre Agostinho Caballero, 850 – São Raimundo Manaus – AM/ CEP: 69027-020 Telefone: 3303-2778











Economia e Orçamento. Foi aprovado o Parecer Favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação ao Projeto de Lei n. 113/2025, de autoria do vereador Paulo Tyrone, que "Estabelece diretrizes para criação do Programa Municipal de Educação para o Consumo nas Escolas da Rede Pública Municipal de Manaus e dá outras providências", com a subscrição dos vereadores Rodrigo Guedes e Rodrigo Sá. O supracitado projeto seguiu à Comissão de Finanças, Economia e Orçamento. Foi concedida vista, solicitada pelo vereador Diego Afonso, ao Projeto de Lei n. 256/2023, de autoria do vereador Roberto Sabino, subscrito pelos vereadores Joelson Silva, João Carlos, Marco Castilhos, Prof. Samuel, Raiff Matos e Rosivaldo Cordovil, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de shopping centers localizados no município de Manaus disponibilizarem profissional capacitado para se comunicar por meio da Língua Brasileira de Sinais (Libras)". Foi aprovado o Parecer Favorável da Comissão de Saúde ao Projeto de Lei n. 400/2024, de autoria do vereador Raiff Matos, subscrito pelos vereadores Capitão Carpê, Coronel Rosses, Ivo Neto, João Paulo Janjão, Joelson Silva, Kennedy Marques, Professor Samuel, Roberto Sabino, Saimon Bessa, Sargento Salazar, Sérgio Baré e Yomara Lins, que "Dispõe sobre a proibição do consumo de Maconha em áreas e logradouros públicos, no município de Manaus, e dá outras providências". O supracitado projeto foi aprovado, em primeira discussão, e seguiu à segunda discussão, na forma da lei. Foi aprovado o Parecer Favorável da Comissão de Saúde ao Projeto de Lei n. 583/2023, de autoria do vereador João Carlos, subscrito pelos vereadores Ivo Neto, Jander Lobato, Kennedy Margues Protetor, Mitoso, Prof. Samuel, Rodrigo Sá e Rosivaldo Cordovil, que "Institui, no âmbito do município de Manaus, a Política de Prevenção e Combate ao Uso de Drogas e revoga as Leis n. 1.211, de 6 de março de 2008, e n. 1.060, de 27 de novembro de 2006". O supracitado projeto foi aprovado, em primeira discussão, e seguiu à segunda discussão, na forma da lei. Foi aprovado o Parecer Favorável da Comissão de Assuntos Sociocomunitários e Legislação Participativa ao Projeto de Lei n. 324/2024, de autoria do vereador Kennedy Marques Protetor, que "Considera de Utilidade Pública a Associação dos Bombeiros Civis do Amazonas". O supracitado projeto foi aprovado, em primeira discussão, e seguiu à segunda discussão, na forma da lei. Foi aprovado o Parecer Favorável da Comissão de Saúde ao Projeto de Lei n. 336/2024, de autoria do vereador Jaildo Oliveira, subscrito pelos vereadores Joelson Oliveira, Raulzinho e Rosivaldo Cordovil, que "Institui o Dia Municipal da Conscientização sobre a Doença Celíaca, a ser comemorado, anualmente, no dia 20 de maio". O supracitado projeto foi aprovado, em primeira discussão, e seguiu à segunda discussão, na forma da lei. Na EXTRAPAUTA, foi deliberado, tomou o n. 006/2025, e seguiu à Comissão de Constituição, Justiça e Redação o Projeto de Emenda à Loman, de autoria do Executivo Municipal, capeado pela Mensagem n. 37/2025, que "Altera a Seção VIII do Capítulo III do Título









III da Lei Orgânica do Município de Manaus, e dá outras providências". Exaurida a pauta de projetos, foram deferidas as Indicações n. 259/2025 a 280/2025. Foi deferida, ainda, com pedido de destaque a Indicação n. 268/2025, de autoria do vereador Rodrigo Sá, que "Indica ao Chefe do Poder Executivo Municipal, Sr. David Antônio Abisai Pereira de Almeida, a criação da Escola Pública de Trânsito do Município de Manaus e estabelece diretrizes para sua atuação". Foram aprovadas as Moções n. 123/2025 a 126/2025. Discutiram a Moção n. 127/2025, os vereadores Zé Ricardo, Mitoso, Rodrigo Guedes e Coronel Rosses. Após, foi aprovada, com o voto contrário do vereador Mitoso, a Moção n. 127/2025, de autoria do vereador Zé Ricardo, "De repúdio às demissões em massa ocorridas na Refinaria da Amazônia (REAM). O Presidente registou a presença do ex-vereador Marcel Alexandre, dandolhe as boas-vindas. Em Questão de Ordem, o vereador Mitoso lamentou a ausência do ex-vereador na Casa e desejou que o mesmo retornasse o mais breve possível ao cenário político. Em Questão de Ordem, o vereador Zé Ricardo, de igual modo, registrou a presença do ex-vereador e dos trabalhadores do Instituto do Patrimonio Histórico e Artístico Nacional – Iphan, que estavam em greve na luta pela valorização da carreira e do Plano de Cargos e Salários, manifestando seu apoio à paralisação dos profissionais do instituto e solicitando da Mesa, um espaço para a manifestação de um representante da categoria. O Presidente, da mesma forma, saudou os trabalhadores do Iphan, parabenizando-os pela luta, acreditando que com o apoio do vereador Zé Ricardo, logo teriam suas reivindicações atendidas. Após, discutiu a Moção n. 128/2025, o vereador autor. Após, foi aprovada a Moção n. 128/2025, de autoria do vereador Sérgio Baré, "De Repúdio ao Decreto n. 12.456, de 19 de maio de 2025, que dispõe sobre a oferta de educação a distância por instituição de educação superior em cursos de graduação". Foi aprovado o Requerimento n. 7.454/2025, de autoria do vereador Jander Lobato. Discutiram o Requerimento n. 6.355/2025, os vereadores Rodrigo Guedes. Zé Ricardo e Coronel Rosses, tendo o vereador autor do requerimento solicitado a votação em painel. O Presidente informou que a votação ocorreria na forma tradicional e havendo dúvidas quanto ao resultado, seria colocada em painel. Após, foi rejeitado com os votos favoráveis dos vereadores Rodrigo Guedes, Paulo Tyrone, Ivo Neto, Rodrigo Sá, Sargento Salazar, Coronel Rosses, Raiff Matos, Thaysa Lippy e Zé Ricardo, o Requerimento n. 6.355/2025, de autoria do vereador Rodrigo Guedes. Discutiu o Requerimento n. 7.316/2025, o vereador autor. Após, foi rejeitado, com os votos favoráveis dos vereadores Rodrigo Guedes, Paulo Tyrone, Ivo Neto, Zé Ricardo, Rodrigo Sá, Diego Afonso, Coronel Rosses e Thaysa Lippy, o Requerimento n. 7.316/2025, de autoria do vereador Coronel Rosses. Foram aprovados os Requerimentos n. 7.415/2025, de autoria Kennedy Marques Protetor; e n. 7.419/2025, de autoria da Comissão de Segurança Pública Municipal. Foram concedidas vistas, solicitadas pelos vereadores Rodinei Ramos e









Sargento Salazar, ao Requerimento n. 3.901/2025, de autoria do vereador Rodrigo Guedes. Foi aprovado o Requerimento n. 7.950/2025, de autoria do vereador Coronel Rosses. Discutiu o Requerimento n. 7.546/2025, o vereador autor. Após, foi aprovado o Requerimento n. 7.546/2025, de autoria do vereador Zé Ricardo. Discutiu o Requerimento n. 6.184/2025, o vereador Zé Ricardo. Após, foi rejeitado com os votos favoráveis dos vereadores Sargento Salazar, Raiff Matos, Thavsa Lippy, Paulo Tyrone, Rodrigo Guedes, Rodrigo Sá, Ivo Neto e Zé Ricardo, o Requerimento n. 6.184/2025, de autoria do vereador Sargento Salazar, com a subscrição dos vereadores Rodrigo Guedes. Zé Ricardo e Raiff Matos. Foi aprovado o Requerimento n. 7.324/2025, de autoria do vereador Rodrigo Sá. Foram concedidas vistas, solicitadas pelos vereadores Eduardo Alfaia e Rodrigo Guedes, ao Requerimento n. 7.308/2025, de autoria do vereador Rodrigo Sá. Foi retirado de tramitação, a pedido do autor, o Requerimento n. 7.162/2025, de autoria do vereador Eurico Tavares. Discutiu o Requerimento n. 6.242/2025, o vereador autor. Após, foi aprovado com a subscrição dos vereadores Rodrigo Guedes e Sargento Salazar, o Requerimento n. 7.156/2025, de autoria do vereador Raiff Matos. Foram aprovados os Requerimentos n. 6.709/2025, de autoria do vereador Ivo Neto, com a subscrição dos vereadores Rodrigo Guedes, Rodrigo Sá e Sargento Salazar; n. 522/2025, de autoria do vereador Eduardo Assis, com a subscrição dos vereadores Éverton Assis, Rosinaldo Bual, Rodrigo Sá, Rodinei Ramos, Yomara Lins, Prof. Samuel e Paulo Tyrone; e n. 1.288/2025, de autoria do vereador Eduardo Assis, com a subscrição do vereador Jander Lobato. Foram aprovados, também, Requerimentos n. 7.156/2025, de autoria do vereador Raiff Matos; n. 7.628/2025, de autoria do vereador Roberto Sabino; n. 6.891/2025, de autoria do vereador Sargento Salazar; n. 5.525/2025, de autoria da vereadora Prof.ª Jacqueline; e n. 7.430/2025, de autoria do vereador Ivo Neto. Foi concedida vista, solicitada pelo vereador Eduardo Alfaia, ao Reguerimento n. 7.552/2025, de autoria do vereador Zé Ricardo. Em Questão de Ordem, o vereador Gilmar Nascimento convocou os membros da Comissão de Constituição, Justiça e Redação e convidou os demais parlamentares para participarem da reunião, após a sessão plenária. Em seguida, o Presidente passou os trabalhos para o PEQUENO EXPEDIENTE. Em Questão de Ordem, o vereador **Zé Ricardo** lembrou a Mesa da solicitação de concessão de tempo para manifestação dos representantes dos trabalhadores do Iphan. O Presidente informou que iria consultar o plenário para que, após a manifestação do primeiro orador do Pequeno Expediente, a Mesa fosse autorizada a conceder o tempo. Em seguida, declarou que a solicitação foi acatada pelo plenário e acolhida pela Mesa. O primeiro orador, vereador Raiff Matos, chamou atenção para a falta do medicamento Depakene nas unidades básicas de saúde do município, informando que foi procurado por dezenas de mães atípicas que relataram a dificuldade de encontrar o medicamento









usado para tratar distúrbios compulsivos. Após, exibiu vídeo de visita que realizou junto com algumas mães atípicas, a uma unidade de saúde, no bairro Zumbi, onde foi confirmado por um dos servidores que o medicamento estava em falta em Manaus. Concluindo sua fala, afirmou que a falta era inadmissível, diante do grande orçamento que a pasta da saúde possuía e da falta de planejamento por parte dos gestores municipais. O Presidente informou que, com a autorização do plenário, haveria uma sessão de tempo de quatro minutos aos representantes do Iphan. Em Espaço aberto, os servidores representantes relataram que a categoria estava em greve desde vinte e nove de abril, em vinte e dois estados do país, pleiteando junto ao Governo Federal melhorias no Plano de Carreira e Valorização Profissional dos servidores. Eles sugeriram que fosse encaminhado ao Ministério do Orçamento e Gestão - MGI, um projeto de resolução para a indicação de uma proposta para o Plano de Cargos e Carreiras e a realização de uma audiência pública, para que fossem debatidas as condições de trabalho dos servidores. Finalizando, declararam que a paralisação poderia afetar várias áreas como a educação patrimonial, licenciamentos ambientais e pesquisas, e pediram apoio dos parlamentares, agradecendo pelo espaço aberto e informando que a categoria estava à disposição da Casa. Com a palavra, o vereador Zé Ricardo se manifestou sobre a greve dos servidores, ressaltando que a Casa deveria apoiar a luta e discutir as questões que envolviam as demandas e necessidades da proteção do patrimônio histórico, artístico e das condições de trabalho desses servidores. O Presidente hipotecou apoio aos servidores do Iphan e informou que iria designar ao presidente da Comissão de Cultura, vereador Elan Alencar, que produzisse uma agenda com a comissão dos servidores federais, para que a Casa pudesse tomar conhecimento dos pleitos e auxiliar no diálogo entre os grevistas e o Governo Federal. O segundo orador, vereador Ivo Neto falou sobre a prisão de dois suspeitos que participavam de uma organização criminosa que cometia crimes cibernéticos contra crianças e adolescentes, ressaltando que o último boletim da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Amazonas havia registrado sete mil duzentos e cinquenta e quatro crimes cibernéticos, e pediu aos pais e responsáveis que orientassem e acompanhassem seus filhos nas redes sociais. Encerrando sua fala, declarou que possuía um projeto de lei tramitando na Casa, que combatia esses tipos crimes e reafirmou seu compromisso em denunciar essas organizações criminosas que utilizavam a internet para cometer vários crimes contra o público infantojuvenil. O terceiro orador, vereador Zé Ricardo, manifestou-se sobre o aumento da taxa de esgoto de setenta e cinco para oitenta por cento do valor de consumo, a partir do mês de junho, mesmo nos lugares onde o esgoto não era coletado e tratado, enfatizando a importância de se debater sobre a cobrança do serviço de água e esgoto pela concessionária Águas de Manaus. O parlamentar declarou que apresentou uma indicação solicitando a redução da tarifa de água e esgoto, a criação de novas faixas









de consumo e de uma faixa especial para as micro e pequenas empresas, afirmando que a Casa deveria insistir neste debate pelo bem da população. Após, prestou solidariedade à ministra do Meio Ambiente e Mudança de Clima Marina Silva pelos ataques durante uma reunião da Comissão de Infraestrutura no Senado, criticando os senadores por tratá-la com desrespeito, ignorância e misoginia, declarando seu apoio à pavimentação da BR-319, considerando que divergências sobre o tema não justificavam ataques à história de luta da Ministra. Ressaltou, ainda, que, em governos anteriores, a situação da estrada era similar, envolvendo várias questões, portanto não se resumia a uma única pessoa, desmentindo insinuações nesse sentido. Concluindo, ele destacou que a cobrança deveria ser direcionada ao Governo Federal e aos demais ministros e ressaltou que, sem recursos e o envolvimento da bancada local e de outros estados que seriam beneficiados, a pavimentação da estrada não sairia do papel. O quarto orador, vereador Eurico Tavares, solidarizou-se com a Ministra, afirmando que um dos senadores amazonenses deveria pedir desculpas a ela, e elogiou a postura do senador Omar Aziz em defender essa causa, ressaltando que não se poderia culpar apenas a ministra pela atual situação da estrada. O parlamentar afirmou que só quem perdeu um ente querido durante a pandemia ou viu seu negócio falir pela dificuldade na logística de transporte para o Estado, entendia a necessidade de pavimentação da BR-319, enfatizando que a estrada não era apenas uma simples rodovia, ela significava dignidade, desenvolvimento social e financeiro e liberdade para o Amazonas, que vivia ilhado do país devido a estrutura precária em que se encontrava a estrada, que encarecia os fretes e prejudicava as empresas de comércio e indústrias no estado. principalmente no período de estiagem. Ele reconheceu a coragem do senador Omar Aziz em defender a recuperação da BR-319 e após, exibiu vídeo da reunião da Comissão com a manifestação do senador Omar Aziz, a favor da recuperação da estrada, entendendo que era dever de todos da Casa defender essa causa. Concluindo, enfatizou que como parlamentar, empresário e morador do Estado, sua luta rodovia seria constante, pois o desenvolvimento de Manaus vinha ao encontro da recuperação da BR-319 e traria dignidade à população e desenvolvimento econômico ao Estado. O vereador **Aldenor Lima** assumiu a presidência dos trabalhos da Mesa. O quinto orador, vereador Coronel Rosses, agradeceu ao Presidente da Casa, pela oportunidade da viagem a Brasília para tratar sobre a segurança pública, e pontuou que as discussões sobre a BR-319 não passavam de falácias, visto que se fosse de interesse mesmo dos governos, a estrada já teria sido asfaltada. Após, denunciou a deterioração das estruturas do Mirante Lúcia Almeida e exibiu vídeo do local. questionando sobre os estudos dos impactos nas estruturas durante os períodos de enchentes e vazantes do Rio Negro, ressaltando que apesar do alto valor destinado para a construção da obra em menos de um ano, as estruturas já se encontravam deterioradas. O parlamentar informou que encaminharia representação junto ao









Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas - CREA/AM e ao Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia do Amazonas – Ibape/AM, para que fosse feito um estudo técnico e encaminhado à Prefeitura, para que esta cobrasse da empresa responsável pela obra os devidos reparos, a fim de que, futuramente, não ocorresse a interdição do local. O sexto orador, vereador Rodrigo Sá, repercutiu a prisão do senhor Alex Mendes Braga, na noite anterior, por dirigir embriagado, manifestando seu repúdio ao jornalista, que se utilizava da profissão para atacar a reputação e honra de pessoas públicas. Ele afirmou ter sido vítima dessas acões durante sua campanha eleitoral e que estava processando o jornalista por uma denúncia falsa de compra de votos. Além disso, explicou que esse era apenas um dos vários processos que o cidadão estava enfrentando. O parlamentar afirmou que esse senhor estava prejudicando a sociedade e manchando o trabalho importante dos jornalistas e da imprensa local e que era preciso investigar de onde vinham os recursos que mantinham o portal de notícias dele, já que ele levava uma vida de luxo, andava com seguranças pessoais, tinha carros blindados e, durante sua prisão no dia anterior, foi acompanhado por três advogados. Encerrando o seu discurso, registrou que o jornalista usava de má-fé e era patrocinado para atacar a reputação de pessoas públicas, e por isso esperava que ele pagasse pelos crimes cometidos. O Presidente declarou que concordava com as palavras do seu antecessor, pois também havia sido vítima do jornalista. Após, constatando o término do horário regimental, prorrogou a sessão até à finalização dos trabalhos. O sétimo orador, vereador Rodrigo Guedes enfatizou o alerta que havia feito no início da sessão quanto ao esvaziamento do plenário após a Inversão de Pauta, solicitada pelo líder do Prefeito. Em seguida, manifestou-se a respeito das palavras de seus antecessores sobre o acontecido com a ministra Marina Silva, declarando estranhar que sempre que o processo eleitoral estava próximo, este assunto voltava à tona. Ele esclareceu que era a favor da manutenção da estrada e considerou que o argumento de que a recuperação da via causaria danos ao meio ambiente seria uma confirmação de que os governos não teriam capacidade de fiscalizar as estradas nacionais, questionando se não existiam instrumentos que pudessem melhorar as fiscalizações, o aumento do policiamento, novas legislações, entre outros, para que a recuperação da via fosse viabilizada. O parlamentar afirmou que não entendia tanta cobrança em cima da ministra e que o mesmo não acontecia com o Presidente da República, a quem a ministra era subordinada e aos demais ministros do governo, além do fato de que a mesma cobrança não acontecia aos governos anteriores, considerando que causava estranheza o fato dos parlamentares da Casa não cumprirem com suas funções de fiscalizar e cobrar da Prefeitura respostas aos problemas da cidade, pois entendia que antes de cobrarem os demais entes federativos precisavam cumprir com seus deveres na Casa. Concluindo sua fala, declarou que havia mandado fazer cerca de cem placas para alertar a população sobre









os buracos espalhados pela cidade, que vinham causando acidentes e prejuízos aos condutores de veículos, e cobrou do Prefeito de Manaus, a aplicação dos empréstimos aprovados nas Casa para realizar o asfaltamento das ruas esburacadas na cidade. O oitavo orador, vereador Eduardo Assis, manifestou-se sobre os cinquenta e seis anos do bairro do Alvorada, e fez um relato sobre as melhorias realizadas pela Prefeitura na localidade, como o asfaltamento das ruas, reformas dos Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente — Caics e serviços de limpeza. Finalizando, convidou a todos a participarem da festa de aniversário do bairro, no próximo dia trinta de maio (sexta-feira) até o dia primeiro de junho. *Nada mais havendo a tratar*, o Presidente encerrou a sessão às doze horas e dezoito minutos. E, para que conste, eu Jovana das Graças da Silva Cordeiro, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, foi assinada nos termos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Manaus.









David Valente Reis Presidente

Jander de Melo Lobato Primeiro Vice-Presidente Samuel da Costa Monteiro Secretário-Geral

Robson da Silva Teixeira Segundo Vice-Presidente Éverton Assis dos Santos Primeiro-Secretário

Manoel Eduardo dos Santos Assis Terceiro Vice-Presidente Aldenor Ernesto de Lima Filho Segundo-Secretário

Gilmar de Oliveira Nascimento Corregedor

Maria Jacqueline Coelho Pinheiro Terceira-Secretária

Rosivaldo de Oliveira Cordovil Ouvidor-Geral Jacqueline Pinheiro de Lima Chefe da SeATA









PODER LEGISLATIVO

ASSINATURAS DIGITAIS

JANDER DE MELO LOBATO - 558.876.002-68 - VEREADOR(A) - EM 16/06/2025 09:23:05
JOVANA DAS GRACAS DA SILVA CORDEIRO - 607.484.352-04 - AGENTE ADMINISTRATIVO - EM 11/06/2025 11:01:12
JACQUELINE PINHEIRO DE LIMA - 201.310.202-00 - CHEFE(A) DE SERVIÇO - EM 11/06/2025 10:59:27
SAMUEL DA COSTA MONTEIRO - 073.262.462-20 - VEREADOR(A) - EM 11/06/2025 10:27:19
ALDENOR ERNESTO DE LIMA FILHO - 856.692.882-20 - VEREADOR(A) - EM 11/06/2025 09:46:24
MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS - 715.257.182-15 - VEREADOR(A) - EM 09/06/2025 09:46:36
MARIA JACQUELINE COELHO PINHEIRO - 231.114.883-49 - VEREADOR(A) - EM 09/06/2025 09:30:14
EVERTON ASSIS DOS SANTOS - 445.757.002-82 - VEREADOR(A) - EM 09/06/2025 09:22:04
GILMAR DE OLIVEIRA NASCIMENTO - 130.097.292-00 - VEREADOR(A) - EM 06/06/2025 13:49:05
DAVID VALENTE REIS - 509.879.092-15 - PRESIDENTE - EM 06/06/2025 12:47:57